

Folha Bancária

Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região CUT

São Paulo
quinta, sexta e segunda-feira
13, 14 e 17 de julho de 2017
número 6.089

DESMONTE TRABALHISTA APROVADO

O QUE SE PERDE E O

QUE ESTÁ EM RISCO

Apoiada por banqueiros, a reforma trabalhista aprovada na noite de 11 de julho devastará o mundo do trabalho como o conhecemos. Bancários sofrerão menos o impacto das mudanças, mas precisam construir a resistência contra a retirada de direitos. Associar-se ao Sindicato e se mobilizar contra todos os projetos e mudanças passou a ser ainda mais imprescindível. Veja algumas das mudanças

TRABALHAR EM CASA TIRANDO DO PRÓPRIO BOLSO

A reforma regulamentou o trabalho home-office. Essa modalidade era regida por legislações análogas. Agora, está claro: o trabalhador é o responsável por arcar com a estrutura, custos com telefone, internet e energia elétrica.



NEGOCIAR DIRETO COM O PATRÃO

O PLC 38/2017 aguarda a sanção de Temer. Sobrepõe à lei o que for "acordado" entre patrões e empregados. E sem a obrigatoriedade de negociar por meio dos sindicatos. Na prática, tira a força das entidades para impor acordos piores para os trabalhadores. Vale para aumento de jornada, redução do tempo de almoço, piorar planos de cargos e salários, até a PLR tem risco de ser menor!



BANCO DE HORAS SEM LIMITES

A CLT estabelece limite de horas-extras para acumular e converter em folgas (banco de horas). A nova lei permite 'negociação direta' com o trabalhador. Ou seja, não haverá limite de horas, nem regras para gozar do descanso.



ACIDENTE NO CAMINHO? PROBLEMA SEU!

O deslocamento entre casa/empresa/casa era parte da jornada na cobertura de acidentes de trabalho. A reforma isenta o patrão de responsabilidade nesse trajeto.



TRABALHO QUE É BICO

O trabalho intermitente deixa o empregado à mercê do patrão, o tempo que for, e só recebe pelo período trabalhado. O cálculo de direitos, como 13º, ficam atrelados às horas trabalhadas. Sancionada a lei, as empresas já poderão contratar assim.



ENTRE NA JUSTIÇA E SAIA DEVENDO

Pela regra anterior, os trabalhadores não pagavam custas do processo trabalhista. Agora, se perder a ação, o empregado terá de pagar até a sucumbência (os honorários do empregador com advogado).

TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA

A reforma complementa a lei aprovada no início do ano que libera empresas para terceirizar até atividades-fim. De encomenda dos bancos que perdiam muitas ações, mas agora poderão contratar terceirizados até para executar atividades essencialmente bancárias. Uma grande ameaça à categoria.



DENUNCIE MUDANÇAS AO SINDICATO

Neste período de incertezas, maus empregadores poderão tentar empurrar qualquer coisa para cima dos trabalhadores. Não deixe! Se houver ameaça de mudança no seu contrato de trabalho ou na rotina, denuncie ao Sindicato acessando o canal Assuma o Controle, pelo 11-3188-5200 ou enviando Whatsapp pelo 11-97593-7749. O sigilo do denunciante é absoluto.

ACORDO DE DOIS ANOS TRAZ GARANTIAS AOS BANCÁRIOS

O acordo de dois anos assinado pela categoria em 2016 tem validade até 2018. Assim, bancários estão salvaguardados em diversas circunstâncias que colocam de imediato outros trabalhadores em risco. "Os bancários são uma categoria

forte e temos de nos manter unidos e organizados, reagindo pontualmente a cada tentativa de retirada de direitos. Não vamos aceitar calados que os bancos avancem contra nossas conquistas", explica a presidenta do Sindicato, Ivone Silva.

ESTES SÃO OS TRAIADORES DOS TRABALHADORES

Guarde este jornal até as eleições de outubro de 2018 e nunca mais vote neles. São deputados e senadores que votaram a favor de Temer, dos banqueiros e da reforma trabalhista, e contra os direitos previstos na CLT. Cerca de 100 artigos serão alterados, nenhum a favor dos trabalhadores e todos ampliando as possibilidades de precarização do trabalho e a dificuldade de acesso à Justiça

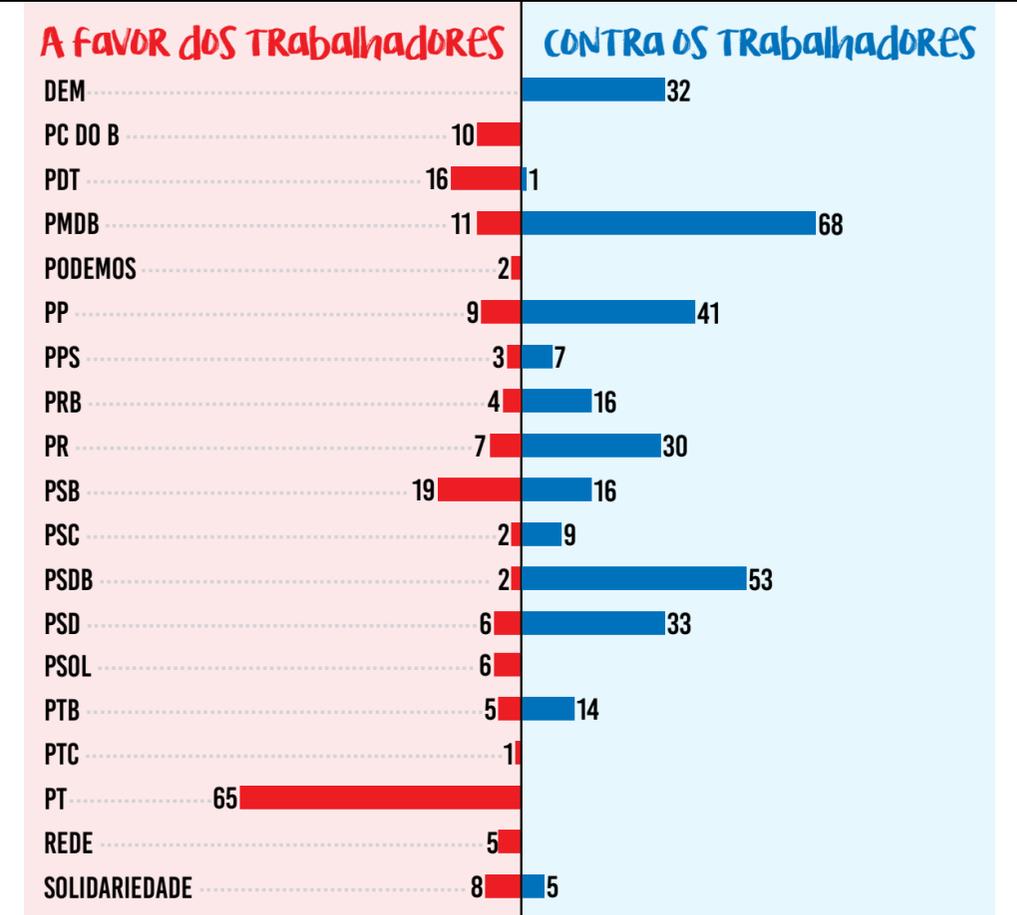
DEPUTADOS de São Paulo



SENADORES de São Paulo



Veja como votou cada PARTIDO NO SENADO e Na câmara*



*PRINCIPAIS PARTIDOS



NÃO À RETIRADA DE DIREITOS A LUTA CONTINUA SEMPRE!

Desde que o desmonte trabalhista de Temer foi anunciado, no final de 2016, movimentos sindical, social e partidos de oposição ao governo travaram grandes batalhas contra a retirada de direitos, em grandes atos nas ruas de todo o Brasil, ao lado de milhões de trabalhadores, nos gabinetes de parlamentares, nas redes sociais e de comunicação; agora, a mobilização será no dia a dia dos locais de trabalho, na defesa das conquistas da categoria

Ao contrário do que dizem os defensores do desmonte dos direitos, vida de trabalhador no Brasil nunca foi fácil. A quantidade de ações judiciais contra as empresas é uma mostra de como os direitos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já eram desobedecidos pelos patrões. Agora, com a reforma de Temer, banqueiros e maus empresários vão tentar fazer a festa, precarizando empregos para encher ainda mais seus cofres.

A saída será a organização e mobilização dos trabalhadores em torno dos seus sindicatos. “Sempre houve luta e agora haverá ainda mais”, afirma Ivone Silva, presidente do Sindicato. “Vamos nos manter mobilizados e juntos reagir a cada tentativa de retirada de direitos.”

Desde que a reforma foi oficialmente apresentada em dezembro passado – PL 6787/2016, aprovado em abril deste ano pela Câmara dos Deputados – autoridades no assunto e entidades da área trabalhista posicionaram-se totalmente contra pelos estragos que representa à sociedade brasileira.

Na terça-feira 11 de julho, já como PLC 38/2017, foi transformado em lei pelo Senado Federal no dia que vai entrar para a história do Brasil como o do fim da CLT. De lá para cá, somou ainda mais desafetos. Mais de 172 mil pessoas responderam a consulta na página do Senado posicionando-se contrários à reforma, contra apenas 16 mil favoráveis. Foram ignorados pelos parlamentares traidores dos trabalhadores (veja nas páginas centrais), que desprezaram também as opiniões de organismos nacionais e internacionais do peso da OIT, OAB, Anamatra, Dieese, Cesit, juízes do Tribunal Superior do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho. Todos contrários a esse desmonte.

“Tudo que esteve ao alcance dos movimentos social e sindical foi feito, mas, a partir de agora, direitos duramente defendidos pelos trabalhadores no dia a dia da relação desigual entre empregados e patrões deixarão de existir”, lamenta Ivone. “Por isso, é hora de ainda mais mobilização. Cada ameaça, cada desrespeito deve ser denunciado. Não vamos aceitar calados que os bancos avancem contra nossas conquistas”, conclui a presidente do Sindicato. ✨



Ivone, presidenta do Sindicato, em umas das muitas paralisações contra a reforma



Em maio, Brasília tomada contra retirada de direitos e fim das aposentadorias



O Brasil parou no dia 15 de março (foto na Paulista), e na greve geral de 28 de abril, num só grito de Fora Temer



Sindicato na luta, em Brasília, contra votação do desmonte trabalhista: 11 de julho, dia do fim da CLT